

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA
EM SOCIOLOGIA A DISTÂNCIA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

2º semestre



Ministério
da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Ministro do Estado da Educação Fernando Haddad
Secretária da Educação Superior Maria Paula Dallari Bucci
Secretário da Educação a Distância Carlos Eduardo Bielschowsky

Universidade Federal de Santa Maria

Reitor Felipe Martins Müller
Vice-Reitor Dalvan José Reinert
Chefe de Gabinete do Reitor Maria Alcione Munhoz
Pró-Reitor de Administração André Luis Kieling Ries
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis José Francisco Silva Dias
Pró-Reitor de Extensão João Rodolpho Amaral Flôres
Pró-Reitor de Graduação Orlando Fonseca
Pró-Reitor de Planejamento Charles Jacques Prade
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa Helio Leães Hey
Pró-Reitor de Recursos Humanos Vania de Fátima Barros Estivaleta
Diretor do CPD Fernando Bordin da Rocha

Coordenação de Educação à Distância

Coordenador CEAD Fabio da Purificação de Bastos
Coordenador UAB Carlos Gustavo Martins Hoelzel
Coordenador de Pólos Roberto Cassol
Gestão Financeira Daniel Luís Arenhardt

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas Rogério Ferrer Koff
Coordenador do Curso de Sociologia João Vicente da Costa Lima

Elaboração do Conteúdo

Professor pesquisador/conteudista André Luis Ramos Soares

**Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e
Desenvolvimento em Tecnologias da Informação
e Comunicação Aplicadas à Educação**

Coordenadora da Equipe Multidisciplinar Elena Maria Mallmann
Materiais Didáticos Volnei Antônio Matté
Desenvolvimento Tecnológico André Zanki Cordenonsi
Capacitação Ilse Abegg

Produção de Materiais Didáticos

Designer Evandro Bertol
Designer Marcelo Kunde

Orientação Pedagógica Diana Cervo Cassol

Revisão de Português Marta Azzolin
Samarlene Pilon
Sílvia Helena Lovato do Nascimento

Ilustração Cauã Ferreira da Silva
Natália de Souza Brondani

Diagramação Emanuel Montagnier Pappis
Maira Machado Vogt

Suporte Moodle Ândrei Camponogara
Bruno Augusti Mozzaquatro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

5

INTRODUÇÃO

6

Capítulo 1 – O que nos faz diferentes?.....	6
Capítulo 2 – A Cultura	7
2.1 – Por que estudar história da educação?	8
Capítulo 3 – As sociedades indígenas.....	9
Capítulo 4 – Educação no mundo antigo	11
Capítulo 5 – Educação na Grécia antiga.....	13
Capítulo 6 – Educação na Roma Antiga.....	14
Capítulo 7 – Educação nos Séculos V ao X.....	15
Cap. 7.1 – Educação e Mundo Islâmico.....	15
Cap. 7.2 – Educação Cristã	16
Capítulo 8 – A Idade Média e a Educação Medieval.....	17
Capítulo 9 – Educação no Renascimento: o Humanismo e a Reforma	19
Capítulo 10 – Educação nos Séculos XVII e XVIII.....	20
Capítulo 11 – A Revolução Francesa e a Educação.....	21
Capítulo 12 – O século XIX até 1917.....	23
Capítulo 13 – O século XX até os anos 1950.....	24
Cap. 13.1 – Totalitarismo e educação	27
Capítulo 14 – Educação no Brasil pós 2ª Guerra Mundial.....	28

BIBLIOGRAFIA INDICADA

30

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

- Cultura, História e Memória, a produção do conhecimento e a História da Educação
- Qual História da Educação? Teorias da História e da educação, metodologias de ensino.
- A antropologia da história e da educação.

Unidade 1 – Educação Greco-Romana

Antecedentes

A educação Primitiva

A educação na Antiguidade

Unidade 2 – Educação Medieval

Pensamento Medieval

Organização da Igreja e do Estado na educação

Unidade 3 – A educação Renascentista, Reforma e Contra-Reforma

A renascença

A igreja e a Reforma

A contra-reforma e a expansão ultramarina: pedagogia jesuítica

Unidade 4 – Educação nos séculos XVII e XVIII

Popularização da educação

Oficinas e ensino profissionalizante

Os novos modelos

Unidade 5 – A educação no século XIX

A era dos impérios

A evolução da pedagogia

O legado da Revolução Francesa

Unidade 6 – Educação nos séculos XX e XXI

Educação contemporânea

Educação e ensino em tempos de globalização

INTRODUÇÃO

Este texto será utilizado como apoio para a disciplina de História da Educação, mas serve principalmente para refletir sobre as formas como compreendemos a construção do conhecimento ao longo do tempo em várias sociedades. Nesse sentido, será complementado por textos adicionais que estarão disponíveis na plataforma Moodle.

Compreender como a educação diferencia-se não somente no tempo, mas também no espaço, permite entender como as diferentes sociedades relacionam-se com o mundo natural e sobrenatural e como sobreviver e perpetuar-se nele. Assim, a diversidade deve ser compreendida como diferentes respostas para perguntas iguais, semelhantes ou parecidas. Como reproduzimos ou mantemos a nossa forma de vida denominamos, grosso modo, de cultura. E a forma como comunicamos o nosso aprendizado aos outros denominamos de educação.

Assim, discutir e problematizar o conhecimento, a cultura e a educação são algumas das propostas desta disciplina, ao mesmo tempo em que afirmar que não existe uma forma correta ou melhor do que outra, mas sim abordagens distintas. Mundos diferentes, conhecimentos e educações distintas.

CAPÍTULO 1 – O QUE NOS FAZ DIFERENTES?

Quando pensamos em educação, devemos pensar em uma série de ações, procedimentos ou formas de atuação que nos permitem um relacionamento com o mundo de forma a obter condições mínimas de sobrevivência da espécie e atuação na comunidade ou sociedade na qual se está inserido.

Durante muito tempo, pensou-se que o que diferenciava a espécie humana de outras espécies era a capacidade de construção de artefatos. Esse diferencial estabelecia que, desde os primeiros homínídeos, há 5 milhões de anos, fazer objetos separava o gênero homo dos outros parentes primatas. Após alguns anos de observação, verificou-se que os castores constroem diques, as gaivotas utilizam pedras para quebrar ostras e os macacos usam gravetos para pegar cupins. Derrubada a tese de utilização ou confecção de artefatos, passou-se a caracterizar o gênero Homo pelo pensamento em etapas, ou seja, pela construção de artefatos para construir artefatos. Novamente, diversos animais apresentam a utilização de elementos para a confecção de outros com objetivo de captura de presas. A segunda hipótese jazia por terra. Sobrava a racionalidade como reduto último da superioridade do ser humano sobre as outras espécies. É desnecessário dissertar sobre Freud e o inconsciente e as provas sobre as atitudes 'irracionais' que tomamos. Por fim, sobrava a imaginação. Infelizmente, diversos animais sonham e experimentam sono profundo, de forma que também não é esse o critério para a nossa diferenciação.

O que sobra então? Primeiro, deve-se lembrar que a preocupação em tornar-se “senhor dos animais” é algo tipicamente judaico-cristão, assim como outras culturas de matriz ocidental. Este desespero em sentir-se superior aos animais não é compartilhado por culturas do extremo oriente ou pelos aborígenes americanos. Segundo, que se existe algo realmente que diferencia o ser humano e outras espécies é a forma como reagimos a estímulos externos e como podemos passar esta experiência às outras gerações. Dito de outra maneira, se insistirmos em buscar elementos diferenciadores na espécie humana para sua suposta “superioridade” esta deveria ser buscada na capacidade que temos de perpetuar o conhecimento adquirido às gerações futuras sem a necessidade de observação e exemplo.

Quando os animais ensinam seus filhotes a caçarem, pescarem ou coletarem, o arcabouço de informações transmitidas é limitado e se constitui em pouco tempo, frente à longevidade do indivíduo. Assim, o tempo que cada espécie demora a estar apto a reprodução e seguir sua vida independente dos pais é chamado de “período de juvenalização”. Dessa forma, enquanto um gato precisa de quatro a seis meses, e um primata pode demorar 4 anos, nossa espécie demanda, em média, 25 a 30 anos. Não estamos falando em idade apta à reprodução, mas apta a sair da dependência dos pais. Claro que estes cálculos baseiam-se em médias de comunidades européias, não podendo as exceções ser tomadas como regras. Ademais, em termos de continuidade de aprendizado, nossa espécie pode continuamente estar sendo submetida a novos estímulos e novos aprendizados.

Este é o papel da educação, ou seja, inserir-nos no âmbito das distintas realidades e estabelecer um corpus de conhecimentos e comportamentos que nos permitem viver em sociedade e de forma a perpetuar a espécie. Modifica-se o ambiente, criam-se linguagens e códigos para o viver em sociedade e para transformar o espaço em um local humanizado, distinto da natureza. Estas criações denominam-se cultura, como veremos no capítulo 2.

CAPÍTULO 2 – A CULTURA

A cultura deve ser entendida nas mais diversas e distintas formas. Um breve histórico da palavra remete a “cultura” enquanto o campo cultivado, ou seja, ao uso de plantas domesticadas que não sobrevivem sem a intervenção humana. Cultura, dessa forma, refere-se ao plantio, ao cultivo e a sobrevivência da sociedade humana. Porém, a própria domesticação das espécies vegetais era considerada cultura e, assim, a mudança que realizamos no ambiente também pode ser denominada cultura, assim como toda a criação humana. Um conceito muito abrangente para a cultura é justamente aquele que afirma que toda a alteração no meio e todos os artefatos produzidos pelas sociedades podem ser considerados cultura, bem

como todas as formas de relação entre a sociedade e a natureza. Este é um par semântico que também é vital, ou seja, a oposição entre natureza e cultura. O que pertence à natureza é considerado selvagem, puro e regido por instintos, enquanto a cultura é a representação da civilização, do humano e do racional.

A civilização é então o fruto da cultura, da transformação da natureza e, na sociedade ocidental, do **controle** do homem sobre o meio. Dizemos ocidental por que a relação que as sociedades orientais e pré-colombianas estabelecem com a natureza é outra, muitas vezes, em uma percepção de complementaridade. No caso da herança greco-romana, à civilização está associado a erudição e o trabalho intelectual. Daí que, muitas vezes, a palavra trabalho está associada a tarefas manuais, atividades braçais e/ou força física. Em oposição, a atividade intelectual e mental é atribuída às classes sociais abastadas, dirigentes e detentoras do poder.

Ao longo do tempo, as atividades intelectuais, denominadas de cultura erudita, por serem desenvolvidas por nobres, clérigos e religiosos, assumiram um status de superioridade. Atividades do cultivo da terra, artesãos e profissionais especializados foram sendo menosprezados, em virtude de serem associadas às atividades manuais. A pintura, a escultura, a música e as outras artes clássicas tornaram-se a tônica do renascimento, que serviu de modelo até o século XIX como base para a nobreza. As manifestações do “povo” foram tomadas como artesanato ou, em última análise, “arte popular”, do qual derivou o termo “cultura popular”, em claro contraste e antagonismo com a “cultura erudita”.

No nosso entendimento, entretanto, trata-se de manifestações culturais, e adjetivá-las demonstra somente o preconceito ou um critério de classificação duvidoso. Quando nos referimos à “música erudita”, trata-se **mais** de um gênero musical do que propriamente a oposição à “música popular”. Compreender as transformações da sociedade, do uso da cultura e do universo da passagem do conhecimento é justamente o papel da História da Educação, que veremos a seguir.

2.1 – POR QUE ESTUDAR HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO?

Assim como outras questões pragmáticas, a resposta é igualmente simples. Estudamos história da educação para distinguirmos os rumos que damos à perpetuação do conhecimento adquirido, e as formas como eles devem ser retransmitidos. Não devemos confundir conhecimento com informação. Em 1980, um computador de 12 megabites de memória era algo gigantesco, hoje os celulares e agendas eletrônicas possuem mais capacidade de armazenamento de dados. Ao mesmo tempo em que dados não são informação, mesmo as informações não são conhecimento, senão teríamos os sites de busca como o Google e outras ferramentas como portais de conhecimento. Não é verdade. O conhecimento é a capacidade

de conexão de informações, utilização de dados e interpretação de ambos para a criação de novos conhecimentos, dados e informações. Em tempos de mundo digital, em tempos de *webconferences* e retransmissão em tempo real, pode-se dizer que uma palestra pode acontecer em dois ou mais lugares ao mesmo tempo. Então, se conhecimento é o estabelecimento de leituras de códigos, de dados e de informações, este deve ser ensinado.

Em termos psicológicos, o que diferencia o homem de outras espécies é o reconhecimento de si mesmo. Simplificando, só a espécie humana veria a si mesmo frente a um espelho. Porém, em termos de capacidade cognitiva, o que pode ser colocado como diferencial entre nós e os outros é a possibilidade de repassar a informação adquirida para a geração seguinte. Um estudo com chimpanzés na África subequatorial demonstra a reação de um grupo frente a um predador conhecido, um leopardo, porém de brinquedo. Após horas de imobilidade, o felino foi atacado com paus, pedras, etc, até sua destruição. Porém, o que podemos ressaltar é que este grupo, mesmo com esta experiência “exitosa” não mudou seu comportamento frente a estes ou outros predadores. Não se observou a manutenção ou a passagem do conhecimento adquirido. Em termos culturais, não houve a continuidade do aprendizado.

Embora possa parecer pouco, na verdade, apresentamos um viés no qual o que realmente diferencia a espécie humana das outras (e isto não significa que a humanidade é melhor que o resto dos habitantes de espécies diferentes deste planeta) seja tão somente a forma como usa a criatividade para a criação de novas necessidades e as formas de supri-las, adaptando-se a situações e locais nos quais outras espécies não tiveram êxito.

CAPÍTULO 3 – AS SOCIEDADES INDÍGENAS

Quando falamos de educação em sociedades indígenas, devemos realizar algumas considerações iniciais sobre o equívoco muito comum atribuído ao olhar leigo. Pergunta-se frequentemente se há educação nas sociedades indígenas. O erro está em pensar a educação como algo fora da sociedade ou como algo à parte, exclusivo ou elitista como nas sociedades antigas.

A educação nas sociedades pré-colombianas tem objetivos específicos, ou seja, a manutenção do grupo social e suas relações materiais e imateriais, com garantias de sobrevivência do grupo e, se possível, em determinada medida, sua expansão. A concepção de acúmulo ou excedente de produção é relativamente recente e será discutida mais adiante.

O ponto mestre da educação nestas sociedades é preparar o indivíduo para reproduzir as técnicas, conhecimentos e relações estabelecidas com a natureza, com as outras sociedades e com o sobrenatural.

Assim, pode-se dizer que a educação nunca foi mais atuante do que nessas sociedades primitivas em que a criança, tão logo pudesse, era integrada nas ocupações de seus pais, dos adultos, de seu clã ou de sua tribo. Acompanhando e imitando seu pai e ou sua mãe, segundo fosse menino ou menina, na caça, nas ocupações domésticas ou agrícolas, associado desde muito cedo às tarefas, desde que pudesse prestar algum serviço, o jovem aprendia, sem se aperceber disso, a viver sua vida de homem ou de mulher. Gal, 1989. p.6

Talvez, por isso, é comum observar nos relatos sobre tribos indígenas do Brasil que o menino, tão logo aprenda a caminhar, ganha um arco e flechas proporcionais ao seu tamanho; e a menina, no mesmo período, aprenda a tecer fibras, fazer cerâmica ou cestos dos quais vai se utilizar a vida inteira, até sua morte. Mais importante é que esse aprendizado, totalmente encarado de forma lúdica, dá uma conotação ao trabalho quase esquecido das sociedades ocidentais: ao caçar, pescar ou outras atividades, antes de estar se tratando da sobrevivência do grupo, o indivíduo está **brincando**. Este diferencial é bem observado por indigenistas e antropólogos que descrevem atividades, nos quais a tônica da ação a ser realizada tem caráter coletivo ou individual, mas sempre acompanhado do tom lúdico. Isso significa que uma caçada, pescaria ou coleta de mel ou frutas, atividades que podem ser desenvolvidas desde a juventude, são encaradas como formas de diversão, tanto quanto o são pensadas em obtenção do sustento.

Nesta educação "natural", na qual a pessoa passa por uma espécie de adestramento espontâneo, não há necessidade de coerção, pois tudo se faz por imitação, jogo ou participação na vida coletiva. O aprendizado nada mais é que o prolongamento da infância em termos de descoberta do mundo e de como se manter nele. Esse aprendizado adquire diversos matizes, como grupos divididos por sexo, por categorias de idade, por relações de cooperação e evitamento, entre outras diversas que não cabe aqui. Neste sentido, o mundo adulto tem sua responsabilidade a partir da maturidade, biológica ou culturalmente atribuída, reconhecida nos rituais de passagem, vastamente divulgados pela mídia ocidental. Estes rituais nada mais são que o registro emocional da passagem de uma situação de pouca responsabilidade para a total responsabilidade no sustento da família, clã ou aldeia. Porém, nada do que se fará é novo, desconhecido ou diferente daquilo que se vinha praticando desde a mais tenra idade. Em alguns lugares, pode ser que o jovem adulto aprenda sobre os mitos de fundação, sobre as lendas e tabus existentes naquele grupo, mas as atividades ligadas à sobrevivência já foram exaustivamente aprendidas.

Claro que esta forma de viver está reduzida em sociedades nas quais não há divisão de trabalho (além da divisão sexual do trabalho,

quer dizer, tarefas de homens e tarefas de mulheres), não há especialização (todos são capazes e podem fazer as mesmas atividades) e nem hierarquias complexas (ou seja, ausência de estado). Porém, é importante observar que, ao longo da existência da espécie humana, esta forma de viver ainda é a mais duradoura e mais exitosa de quantas têm passado pelo planeta. Basta ver a continuidade de centenas de grupos humanos que, em condições ambientais favoráveis, perpetuam hábitos seculares ou mesmo milenares.

As sociedades indígenas, em termos de educação, podem nos trazer lições valiosas como ausência de método repressivo, aprendizado através do lúdico, respeito ao ambiente no qual se está inserido, relação horizontal com a natureza, entre outras dezenas de questões trazidas à tona por organizações e comunidades que veem os recursos naturais em processo de esgotamento.

Naturalmente, os rumos de algumas dessas sociedades foram se complexificando, dando origem ao mundo antigo, às cidades, à hierarquia, à especialização de tarefas e ao gérmen da sociedade atual. Se, por um lado, o mundo que conhecemos hoje, é o resultado dessa mudança, por outro, ainda há que se repensar as relações que estabelecemos com as outras espécies, uma vez que habitamos o mesmo planeta.

CAPÍTULO 4 – EDUCAÇÃO NO MUNDO ANTIGO

O antigo Egito é uma sociedade que tem sua história bem documentada desde antes do 3º milênio antes de Cristo, quer dizer, século XXVII a.C., pelo menos no que se refere à educação. Esta era voltada à nobreza, mas traduzida em ensinamentos morais que normatizavam a conduta dos soberanos em relação aos seus vassallos. Esses aspectos morais estabeleciam regimentos na forma de administrar tanto seus bens como as pessoas sob seu comando. Deve-se atentar que todos os povos da antiguidade remetem à origem da educação formal aos egípcios, destacando que, se por um lado o aprendizado dos ofícios poderia ser transmitido como herança de família, por outro lado, as artes, e entre elas a escrita e o uso da palavra como discurso, deveria ser destacada dentro da categoria de artes de comando, o que por sua vez será um instrumento de dominação e destaque de um grupo de pessoas sobre outros. A nobreza e os conhecedores do código escrito, os escribas, faziam parte de uma elite que, além de deter o poder temporal, utilizaram o conhecimento para diferenciar as atividades ligadas à subsistência daquelas ligadas à cultura. Deve-se observar que, embora permitisse a ascensão social, dificilmente as pessoas poderiam sair de suas classes de agricultores, comerciantes, militares ou outras. O aprendizado das letras permitia que qualquer pessoa pudesse modificar

um pouco essa situação, de forma que muitas famílias viam nessa possibilidade a mudança do status social em que se encontravam.

Se a escrita é ensinada e cada vez mais difundida entre as pessoas, o conhecimento também foi porta de acesso para ocupação de cargos importantes, uma vez que o domínio das letras é justamente condição para a ocupação de postos elevados.

Neste momento, o aprendizado dava-se pela memorização dos textos, dos ensinamentos, dos discursos e das palavras atribuídas a sábios ou aos pais. Diga-se de passagem, a máxima do ensino dos valores morais era justamente perpetuar os ensinamentos dos pais e avós. Uma vez que o domínio da escrita era exclusividade dos escribas, com o tempo, os nobres e outros foram iniciados no conhecimento das letras, e os livros (ou papiros) eram os símbolos do conhecimento, passando a ser consultados em casos de guerras com outros povos e como fonte de sabedoria.

Cada vez mais pessoas têm acesso ao estudo (leia-se: filhos de nobres e militares), o que também permite a mudança nas formas de ensinar. Com isso, o castigo físico entra em cena para adestrar aqueles que não se interessam pelo mundo dos símbolos. Os grilhões, as chicotadas e outras formas "corretivas" são documentados como formas de reconduzir os desinteressados aos estudos.

Diferente da educação egípcia, porém contemporânea a ela, a educação na Índia caracteriza-se pela divisão das castas depois da invasão dos Árias, ou arianos, em torno do 4º milênio antes de Cristo. Dividida em classes imutáveis, as castas fazem da educação o instrumento para a reprodução da sociedade dividida em nobres, guerreiros, comerciantes, agricultores e párias ou excluídos. Os nobres ou brâmanes tinham direito a uma educação formal, religiosa e científica, que seria equivalente ao ensino de 12 anos. Já os párias não tinham direito a nenhuma escolarização, exceto aquelas que facilitavam a servir as outras classes, como fundamentos de leitura, escrita, cálculo e, sobretudo, as crenças, tradições, ritos religiosos que facilitem a dominação por parte das classes superiores. Estes ensinamentos, que valorizam o desapego e pregam a reparação dos erros realizados em vidas anteriores, entre outras coisas, mantêm uma sociedade estável apesar da miséria e fome há séculos.

Em outra parte do mundo antigo, na Pérsia (atual Iraque, Irã, parte do Afeganistão) a educação no século VI antes de Cristo era puramente aristocrática, guerreira e moral. A educação era promovida pelo estado, iniciada aos sete anos de idade (masculina) e baseada em educação física e militar. Ensina-se a manejar arco e flecha, a domar cavalos, e atividades de soldado. Não menos importante é a educação moral, que ensinava desde a religião de Zoroastro até os valores sociais a serem perpetuados.

Claro que esta educação era restrita à nobreza, excluídos os escravos, os povos conquistados e as mulheres. Aliás, esta visão de mundo na qual não havia espaço para a cultura intelectual foi superada pela invasão de Alexandre, que estendeu seus domínios até a Índia.

CAPÍTULO 5 – EDUCAÇÃO NA GRÉCIA ANTIGA

A Grécia Antiga situava-se na Península Balcânica, no sudeste do continente europeu. O relevo muito acidentado tornava difícil a comunicação entre os vários pontos do interior, impedindo sua unidade política e econômica. No litoral, por outro lado, havia a facilidade de comunicação pelo mar. A posição geográfica fez da Grécia um elo entre a Europa e o Oriente Próximo e passagem obrigatória para as invasões do oriente.

Em Creta, maior ilha do mar Egeu, desenvolveu-se, entre 2000 a.C. e 1400 a.C., a civilização cretense, que se distinguiu pelo conhecimento da escrita, rica produção artesanal e intenso comércio marítimo. Depois, dominados pelos Micênicos, em torno de 1200-1100 a.C., foi invadida pelos Dórios e Frígios.

Esta diversidade étnica e cultural foi a tônica e origem do povo grego. Embora as cidades mais conhecidas sejam Esparta e Atenas, por adotarem modelos culturais e educativos bem distintos, dezenas de outras cidades diferentes, ao longo do Mediterrâneo, poderiam ser usadas como exemplo. Se por um lado temos legados bem conhecidos como a democracia como forma de governo, deve-se sempre lembrar que esta atingia somente os cidadãos, ou seja, homens, filhos de pais e mães gregos, excluindo-se assim mais de setenta por cento da população, como os escravos, os estrangeiros e as mulheres.

A educação grega está presente no cotidiano, através dos jogos, das festividades religiosas, teatrais e outras ações comunitárias. Seja o uso da razão para vencer as provas, ou através da mitologia e ordenamento do mundo, ou mesmo as peças de teatro transmitem os valores morais, as leis e as normas sociais. Porém, como em diversas sociedades, é na família o primeiro lugar de socialização do indivíduo, e o papel da mãe-mulher fundamental para a perpetuação dos valores da comunidade. Em contrapartida, como diversas sociedades patriarcais e machistas, o centro da família é o pai e o lugar da mulher é em segundo plano, salvo situações específicas, como sacerdotisas.

Tomando como exemplo as cidades de Atenas e Esparta, temos a conhecida divisão entre a democracia e totalitarismo; entre cultura e militarismo; a primeira com a concepção educativa de formação humana livre e diversificada; a segunda, baseada no conformismo e estadismo.

Esparta separa os meninos a partir dos sete anos para servir às armas, serviço militar que se estende até os sessenta anos; o cidadão-soldado deve estar sempre a postos para a defesa da cida-

de. Até as mulheres devem se preparar, através da educação física, para enfrentarem com coragem a gravidez. Pouca importância era dada à cultura, mesmo a ler e escrever.

Atenas, ao contrário, após as reformas que estabeleceram a democracia, tornou-se um centro cultural no qual a filosofia, a literatura, a poesia, o teatro, a oratória e o pensamento são valorizados em detrimento dos trabalhos manuais e o comércio. Nesse sentido, a educação dos jovens tem função de enriquecimento da cultura e do espírito, conceito que será desenvolvido na *paideia***.

CAPÍTULO 6 – EDUCAÇÃO NA ROMA ANTIGA

O surgimento do povo romano como foi conhecido na antiguidade é o resultado da ocupação de Etruscos, Sabinos e outros ao longo da planície do rio Tibre, na Itália. Em sua fase arcaica, a expansão deste povo se dá sobre valores morais advindos da família que tem como virtudes a frugalidade, o sacrifício, a dedicação à coisa pública, o desinteresse, o heroísmo, entre outros. Esses modelos são diferentes daqueles presentes na polis grega, e são estes elementos que permitem o crescimento de Roma através de seu militarismo e seu *ethos* cívico.

A importância do pai de família é notória no mundo romano, pois tudo advém deste. Com efeito, o patrimônio é o *pater* (pai) *monum* (legado), que acompanha nossa legislação até os dias atuais. Dessa percepção, vêm também os valores de coragem, espírito, costumes, disciplina, mas também piedade e parcimônia. Com a expansão e domínio da península itálica, Roma expande seus domínios para além do continente, derrotando Cartago em 202 a.C. Essa vitória coloca os romanos em contato com o mundo e a cultura grega, suas artes, ciência e filosofia. Se a Roma inicial era prática, familiar e civil, após o contato com os gregos vai mudar e ser influenciada pela cultura grega. Não somente a cultura, mas a religião e a filosofia foram largamente influenciadas após a conquista da Grécia em 146 a.C. e a Síria em 64 a.C., bem como a educação e a pedagogia. A *paideia* grega assume sua versão latina, *humanitas*, que sublinha a universalidade e o caráter retórico-literário, bem representada por Cícero, que nos lega a concepção enciclopédica de saber. O conhecimento erudito se estabelece como modelo romano a partir do século IV d.C. e é dessa época a educação em gramática, lógica, retórica, música, astronomia, geometria e aritmética, mais medicina e arquitetura. A escola romana, que no século II a.C. se organiza no modelo grego, dá lugar a uma escola de retórica latina no século seguinte. As escolas surgem com graus, começando pelo elementar (alfabetização primária, ler e escrever); secundárias ou de gramática (que envolvia também aprendizado de música, geometria, astronomia, literatura e oratória); e escolas de retórica, nos mais diversos níveis. As escolas também existem para as classes

menos abastadas, divididas conforme a classe e a futura ocupação, havendo instituições de ensino técnicas e profissionalizantes.

Em outro colégio, formava-se o soldado profissional. Aprendendo as artes das armas e o “espírito de corpo”, além de técnicas de guerra e a ética militaresca. Como o império se expandia, o exército sempre era uma oportunidade de trabalho e formação profissional, de educação moral e um pouco de alfabetização.

A expansão romana permitiu que a cultura e o modo de pensar fossem espalhados pelos territórios conquistados. Assim, ao mesmo tempo em que as instituições educativas propunham gramática e retórica, disseminava-se as crenças religiosas, costumes e língua romanas, romanizando regiões de distintas tradições. Após o advento do cristianismo, a escola terá de se enfrentar com a manutenção de elementos pagãos, e conseqüente declínio dos modelos obsoletos de oratória. Após as invasões bárbaras, a cultura é deixada de lado em comparação com os modelos gregos e romanos. Mesmo na Grécia, as cidades com cultura superior, como Atenas e Alexandria, declinarão após as conquistas árabes. Paradoxalmente, é justamente no mundo árabe que a cultura grega persistirá durante a Idade Média européia.

CAPÍTULO 7 – EDUCAÇÃO NOS SÉCULOS V AO X

CAP. 7.1 – EDUCAÇÃO E MUNDO ISLÂMICO

Após a revelação feita por Mohamed (Maomé), o Islã se expande pela península arábica, Egito, Síria e entra em contato com as colônias gregas, absorvendo-lhe a cultura, a erudição e o gosto pelas letras. A expansão dá-se tanto através da Jihad (guerra santa para divulgação do Islamismo) como pelas migrações dos povos árabes, que se expandem até a Índia, passando pela Síria, Afeganistão, Paquistão entre outros. Em 712 depois de Cristo, as forças islâmicas invadem a Península Ibérica e diversos povos da Europa. Se o cristianismo via com reticência a cultura grega e seus ensinamentos por serem pagãos, os muçulmanos absorviam tudo o que dizia respeito à busca do conhecimento. Rapidamente, são instaladas escolas por todas as cidades dominadas por muçulmanos, independente se são árabes ou islamizados. Nessas escolas, traduzia-se os clássicos gregos ao árabe e difundia-se o pensamento grego. Valorizando a cultura e o conhecimento como um caminho religioso, todas as cidades conquistadas, além das escolas, terão bibliotecas públicas e privadas, anexadas às mesquitas e palácios. Para se ter uma idéia, no ano de 830, há uma academia de ciências e biblioteca no mundo islâmico que rivalizava em dimensões com o Museion de Alexandria.

Com a expansão dos domínios árabes, também as academias e centros de cultura se espalham pela península Ibérica. Incentivados pela própria religião, surge uma classe de eruditos na qual

todas as ciências são valorizadas e incentivadas. Enquanto o século X é sinônimo de trevas para a ciência, no restante da Europa, na Espanha, proliferam-se bibliotecas e centros de cultura islâmica.

Os filhos dos nobres são educados por professores particulares a partir dos seis anos de idade, enquanto as meninas e classes menos abastadas frequentam a escola primária. A metodologia é a memorização do texto sagrado, o Al Corão. Já o ensino superior dá ênfase à Matemática, Teologia, Direito, Astronomia, Retórica e Gramática. Mas também encontramos medicina, geografia, química, física e filosofia. Paradoxalmente, as instituições islâmicas aceitavam cristãos em seus estudos, o que demonstrou para os teólogos europeus a necessidade de repensar a forma de divulgação de sua doutrina. Para fins de curiosidade, a expansão e estabilidade do mundo árabe foi cientificamente tão produtiva, que os estudos sobre anatomia na Europa usaram obras árabes até meados do século XVII.

CAP. 7.2 – EDUCAÇÃO CRISTÃ

O cristianismo deve ser entendido como uma religião que, embora surgida no primeiro século de nossa era, será somente a partir do III século que assume posição de destaque como religião do estado e com influência sobre a educação. No cristianismo primitivo, o ensinamento é puramente religioso, baseado na reprodução dos ensinamentos do Messias Nazareno, com ênfase no batismo, a ser realizado na idade adulta. O catecismo é somado ao canto e música, e pouco a pouco se torna assunto de sacerdotes. Mais adiante, nasce um novo tipo de escola, a episcopal, com o objetivo de formar diáconos, com ensino de teologia e serviço eclesiástico. A partir das invasões bárbaras no século V, surge uma escola elementar, que são sediadas nas igrejas rurais, com fins de formações de eclesiásticos. As primeiras letras, quando ensinadas, eram nas escolas romanas, que se extinguem com a chegada dos bárbaros.

Capítulo a parte é a educação promovida pelos mosteiros. Inicialmente no oriente, no qual os monges se recolhiam para o deserto a fim de organizar os primeiros mosteiros, logo se torna de alfabetização e letramento. Local de retiro no qual as famílias ou abrigo de órfãos, é o local de aprendizagem da Bíblia, da leitura e da cópia dos manuscritos. A partir do século VI, espalha-se por toda a Europa, e através da ordem monástica estipula as leituras, o trabalho e outros regimentos para vida no mosteiro.

O maior dos padres da igreja a pensar a questão educacional é, sem dúvida, Santo Agostinho. Nascido em 354, adota inicialmente as idéias da seita maniqueia, ou maniqueísmo, que procura combinar o cristianismo e o dualismo tradicional do zoroastrismo. Esse dualismo era baseado em dois princípios antagônicos, cósmicos e eternos, como o bem e o mal. Mais tarde, convertido ao cristianis-

mo ortodoxo, funda uma comunidade cultural eclesiástica. A pedagogia de Santo Agostinho pode ser dividida em dois momentos. Uma que acentua a formação ascética, a consciência moral e a densidade espiritual que é capaz de iluminar o ser. Também valoriza a saúde física, estimulando o valor dos exercícios físicos para a formação do indivíduo. Outra, de cunho humanista, que dá ênfase a erudição, à ética e a sabedoria.

CAPÍTULO 8 – A IDADE MÉDIA E A EDUCAÇÃO MEDIEVAL

As invasões dos “bárbaros” à Europa Ocidental acarretaram mudanças profundas na vida de suas populações: a fragmentação e a desorganização do Império Romano; a formação de vários reinos que, além de alguns valores culturais romanos, acabaram por adotar o cristianismo; a intensificação do processo de ruralização, dada a dificuldade de manutenção das atividades comerciais e urbanas, em função da insegurança gerada pelos ataques bárbaros; e a substituição do latim, como língua predominante, por línguas bárbaras ou originárias da mistura do latim com essas línguas. Talvez tenha sido por isso que a idade média é popularmente conhecida como a Idade das Trevas, uma vez que os ingleses assim denominam este período de invasões bárbaras na Europa.

Em termos de educação, somente a monástica sobrevive conforme citada anteriormente: ao longo desse período, transformaram-se em centros culturais e de educação. A ordem beneditina alcança seu máximo desenvolvimento e outras ordens como franciscanos e dominicanos também contribuem para o medievo. Os mosteiros atêm-se à vida religiosa, de maneira que a formação intelectual tem menor valor que a moral e a espiritual. Iniciados na leitura e escrita, já a partir dos seis ou sete anos, também dedicavam-se aos trabalhos agrícolas, artísticos, bem como a cópia dos manuscritos e o conhecimento das escrituras sagradas. Também havia instituições mais específicas, as escolas catedrais, voltadas para a formação de clérigos. Além disso, mosteiros e escolas catedrais possuíam uma escola externa, voltada para as classes sociais mais afortunadas.

Estas escolas, em seu tempo, formavam as lideranças tanto espirituais como temporais, mas sempre aos cargos, cuidados e direção dos primeiros. O objetivo da formação eclesiástica não propunha a formação de intelectuais, mas sim a domesticação de pessoas tementes a Deus, baseado na obediência e no castigo, valorizando a memória e o sentido da linguagem.

Os anos entre 600 e 850, são considerados o período mais obscuro da Idade Média, uma vez que a educação monástica e eclesiástica foi piorando. A exceção foi a atuação de Carlos Magno e de Alfredo, o Grande, na Inglaterra. Na França e seus domínios, o imperador Carlos

Magno criou uma escola voltada para filhos de príncipes e altos funcionários, que abrigava matérias de todos os tipos. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se escolas para o povo, de caráter secular e estatal, que infelizmente não tiveram continuidade, mas abrem precedente para a criação de educação pública. Na Inglaterra, situação análoga é estabelecida por Alfredo, o Grande, porém estruturando as escolas com professores de fora da ilha, a fim de elevar o nível cultural.

Outro elemento importante é a educação cavalheiresca, de condição secular, com o objetivo de servir aos príncipes e ao estado. Alicerçado na fidelidade e obediência, cultua valores como a coragem para os iguais, proteção aos inferiores e cortesia com as mulheres. Guerreiro de armas, também deve cultivar elementos espirituais e intelectuais. A trajetória era aproximadamente a seguinte: até os seis anos educado em casa, depois mandado para a corte ou palácio de outro cavaleiro para servir de pajem a serviço das damas. Mais tarde, aos catorze ou quinze anos, passava a escudeiro e acompanhava o senhor nos tempos de guerra e a senhora em tempos de paz. Aos vinte e um, era armado cavaleiro, fosse vassalo ou herdeiro. Essa educação não visava às letras, mas o domínio das armas e dos valores morais da cavalaria. Muitos eram analfabetos e pouco afeitos à cultura. Porém, no quesito guerreiro, os torneios, esportes e armas eram corriqueiros.

A partir do século XII, decorrente das ilhas de saber promovidas por Carlos Magno, surgem as universidades, promovendo uma cultura superior clerical ou profissional. Deve-se pensar que os primeiros estabelecimentos de um ensino superior, voltado às ciências, são de origem árabe, provavelmente a Escola de Medicina de Salerno, Itália. Mais tarde, temos a criação da universidade na catedral de Notre Dame, em Paris, seguidas de Oxford e Salamanca, entre outras, criadas por decisão papal, de um príncipe ou de ambos. Sua organização era variada, podendo ser uma agremiação de mestres, de estudantes ou de ambos. É das universidades o privilégio de conceder o direito e licença de ensinar.

A universidade tem seu nome pelo seu caráter de universalidade de pessoas que a frequentam, não por seu viés enciclopédico. Daí vem a divisão também em Faculdades, que, no seu início, são as Artes, a Teologia, a Medicina e o Direito, autônomas em relação à administração, mas subordinadas à Igreja e ao Estado. A metodologia de ensino pode ser assim resumida: primeiro a exposição e análise de um texto, depois apresentação de argumentos e questões e por fim a discussão de temas sugeridos pelo mestre. Nessa formação, o bacharel era similar a um aprendiz de professor, este formado através da licenciatura. Os graus subsequentes eram mestre ou doutor.

Aos fins da Idade Média e com o surgimento da burguesia, iniciam-se as agremiações ou grêmios que organizam as atividades escolares, com cunho eminentemente profissional e corporativa.

O aluno é o aprendiz que serve ao mestre da profissão, até tornar-se apto a trabalhar na sua atividade. Na esteira desta formação profissional, surgem as escolas municipais, igualmente voltadas à formação profissional, porém com o ensino de matérias de caráter humanista, como literatura, geografia e história.

Um parêntese necessário se faz aqui. Conforme colocado, parece que a Idade Média foi uma continuidade da antiguidade clássica em termos de educação. Ao contrário, quando se afirma que era a idade das trevas, está alicerçado sobre os dogmatismos e o medo constante em que as pessoas viviam. Amedrontados continuamente pelos discursos em torno da existência do diabo e seus fazeres, a população da Europa (fora da influência islâmica) vivia uma grande noite de trevas em relação à ciência, ao poder onipotente da Igreja e de seus clérigos, padres e monges, bem como o constante terror sobre os pecados do corpo e da alma. Os terrores promovidos pelos abusos da Igreja, bem como os tribunais de Inquisição, culminaram com as reformas protestantes, o pensamento ocidental dogmático, a ligação Estado-Clero até meados do séc. XVIII, entre outras heranças que ainda podem ser presenciadas no âmbito escolar.

CAPÍTULO 9 – EDUCAÇÃO NO RENASCIMENTO: O HUMANISMO E A REFORMA

Como é de conhecimento geral, o renascimento europeu, ocorrido entre os séculos XV e XVI deve seu nome à retomada dos valores greco-romanos esquecidos durante a Idade Média. As crises que se estenderam nos séculos XIII e XIV provocaram um questionamento da ordem social, econômica e religiosa. A crise agrícola, a peste negra, as revoltas camponesas e as guerras de reconquista da península Ibérica e a guerra dos cem anos permitiu a expulsão dos muçulmanos e a centralização do poder novamente nas mãos dos reis. Ao mesmo tempo, a unificação de Portugal e Espanha permitiu a expansão dos domínios e retomada do comércio em escala planetária.

Não se deve pensar o renascimento como uma ruptura com o pensamento religioso: apenas uma retomada da vida humana e da valorização dos aspectos mundanos, um movimento reformista inclusive sobre a religião (Reforma e contra-reforma) e a ascensão da burguesia enquanto classe econômica, mesmo que ainda vigorem os títulos de nobreza e de hierarquia religiosa.

A escola e a educação vão buscar a superação das contradições entre pensamento religioso medieval e a busca de secularização por parte da burguesia. São vários os autores que, mesmo antes do século XV, dedicam-se a mostrar como o homem deve guiar-se pela razão e pelo pensamento laico, como Dante e Maquiavel. Assim, mesmo que não haja uma nova teoria pedagógica para a orientação do ser humano, vão se estabelecendo fragmen-

tos de reflexão, com Erasmo de Roterdã, Rabelais, Juan Vives e Montaigne, que, em síntese, valorizam o método científico, a sabedoria grega, o estudo das ciências, a educação integral e o fim dos castigos físicos, bem como a educação formal da mulher.

É durante o renascimento que os Colégios vão se multiplicar, uma vez que os filhos de reis e nobres continuam com preceptores, e a burguesia deseja educar seus filhos. Pela primeira vez, cogita-se separar as crianças em níveis, separando os alunos por faixa etária. Embora secular, as escolas ainda são comandadas por religiosos, mas o ensino é centralizado no humanismo, inclusive algumas com caráter lúdico. Enquanto a igreja protestante usa a estrutura escolar para difusão da fé e da mudança da relação entre o ser humano e Deus, valorizando um ensino humanista e plural (de escola primária, secundária, até a universidade), a Igreja Católica verá nas escolas as formas de combater os reformistas, através da multiplicação de ordens religiosas e de expansão da sua fé. O melhor exemplo são as escolas promovidas pelos jesuítas que, através da catequese das crianças, busca refrear o avanço do protestantismo ao mesmo tempo em que leva a fé cristã ao novo mundo, África e Ásia. “Para se ter uma idéia de extensão desse trabalho, em 1579 a Ordem possuía 144 colégios espalhados pelo mundo, número que chegou a 669 em 1749” (Aranha, 1996, p.92). A eficiência dos jesuítas é baseada na sólida formação dos mestres e uniformidade de ação e de conteúdo de ensino. A educação promovida pelos jesuítas conta com defensores e acusadores apaixonados. De qualquer forma, a Ordem assumiu um poder tal que foi extinta e recriada diversas vezes ao longo da história.

Outro ponto que deve ser observado é a velocidade das mudanças nesse período. Se ao longo da Idade Média as invenções e os avanços sócio culturais se revelaram em centenas de anos, entre os séculos XV e XVI o mundo sofreu uma reviravolta sem precedentes até então. O contato com o Novo Mundo, as revoluções científicas, o empréstimo e tomada de conhecimentos de povos de todos os cantos do mundo oportunizaram um primeiro exemplo de ‘globalização’, no sentido de que a Europa tomava conhecimento – e interferiria – em todo o globo.

CAPÍTULO 10 – EDUCAÇÃO NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Não se pode esquecer que o período em questão trata da formação e consolidação das nações. Portugal se unifica no século XIV, a Espanha no século XV, mas grande parte dos países europeus o faz bem mais tardiamente, com exemplos extremos como a Alemanha em 1824 e a Itália em 1874. Assim, deve-se atentar para que a educação, nesse momento, ainda é voltada para a aristocracia, sejam nobres ou religiosos. A exceção é a criação das escolas criadas por La Salle, como escolas de caridade, voltada aos filhos dos trabalha-

dores, que formavam mestres-escolas para atuar em diversas direções. Com as transformações econômicas advindas das manufaturas e o uso de mão de obra infantil, somente através da caridade é que as classes populares tinham acesso a algum tipo de instrução. E mesmo que as ciências estivessem em fase de expansão e Galileu estivesse às portas de modificar a percepção do mundo, ainda assim, a educação restringia-se à retórica, ao pensamento grego e ensino de latim. Com efeito, o latim era ensinado em todos os centros, em detrimento da língua do próprio país. Nesse sentido, embora idealmente o ensino fosse humanista, na verdade, os conhecimentos de retórica, discurso e literatura pouco serviam para um mundo em mudança. O humanismo é um estudo de palavras: a ciência pede observação e experiências. Com efeito, o pensamento racional, a dúvida, a pesquisa e o método serão a nova forma de ver o mundo contra o método dedutivo e o pensamento medieval.

Teóricos como Comenius já preconizavam a educação elementar para todas as crianças, de todas as classes sociais, onde a natureza seria a fonte de estudo e a língua materna a base do ensinamento. Infelizmente, as idéias desse pensador e muitas outras iniciativas tiveram pouca duração. Se por um lado o ensino básico não absorvia os avanços tecnológicos, o ensino médio e o superior debatiam-se nas quatro faculdades desde séculos antes, como a teologia, direito, medicina e artes, ignorando o cartesianismo e ainda baseados nos aristotélicos. Enfim, muito embora os avanços acontecessem, demorou muito tempo até serem incorporados no ensino e na realidade escolar. Ademais, mesmo em locais onde grandes mudanças aconteceram, como a revolução francesa em 1789, suas idéias e reformulações pertinentes a educação só foram percebidas ao longo do século XIX e início do XX.

CAPÍTULO 11 – A REVOLUÇÃO FRANCESA E A EDUCAÇÃO

Na disciplina de História Geral, já foram apresentadas as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas que a Revolução Francesa representa; porém, deve-se lembrar que, se por um lado a monarquia é reinstalada no poder após a revolução, por outro, as idéias revolucionárias são desenvolvidas ao máximo e o pensamento iluminista é levado para as colônias na América. O que deve ser destacado é a forte mudança na participação de outros setores antes excluídos da política, como a burguesia e as camadas populares, que também, em termos educativos, receberam atenção do estado. Mas não somente a criação e frequência na escola foram modificadas, mas as idéias e costumes sobre o quê e como deveriam ser ensinados.

Idéias como as de Locke (1632-1704), que propunham que o espírito infantil é como uma tábua limpa, na qual tudo pode ser inscrito e colocado, começaram a se disseminar. No seu ponto de vista, Locke

afirmava que o saber só é possível através da experiência e percepção dos sentidos. Virtudes ou vícios são desenvolvidos pela força do hábito. Esta filosofia previa que, mais importante que a gramática e a retórica, eram importantes a experimentação e a curiosidade.

Também Rousseau (1712-1778), através de sua obra chamada *Emílio*, apresenta uma proposta na qual a educação deva ser centrada na criança como centro das preocupações pedagógicas. Nesse sentido, a proposta é que, antes de ser adulto, se é criança; assim, compreendê-la e percebê-la é um esforço que permite melhor estabelecer os processos de aprendizagem e de ensino. Ademais, não se prepara uma criança para ser esta ou aquela profissão, mas prepara-se um ser para a vida.

Embora incompreendido em seu tempo e exilado, suas lições formam a base de vários pensamentos pedagógicos, no qual um dos grandes seguidores foi Pestalozzi (1746-1827).

A terceira corrente de pensamento pré-revolucionário são os *enciclopedistas*, que valorizam os ofícios e técnicas a partir do advento da evolução da maquinaria. De fato, a partir da máquina a vapor, o mundo não será mais o mesmo. As explicações do sistema solar como um mecanismo físico e a invenção das engrenagens nos deixa, entre vários legados, a percepção de um mundo em que a máquina é a representação máxima, desde a medicina (a análise do corpo humano é feita em partes, como um relógio, no qual se observa o que não está funcionando para o conserto) até a ficção científica (a "máquina humana", os robôs).

Também dos enciclopedistas é a difusão da necessidade contínua de pessoas com conhecimento técnico, em detrimento dos filósofos, historiadores e artistas. Nessa perspectiva, e naquele momento, os avanços das técnicas e das engenharias reclamavam a uma formação urgente para a construção de novas nações.

No século XVIII, também se proliferaram as escolas militares, visto que eram necessárias a construção de estradas, canais, pontes, e toda a ordem de modernização. Embora destinadas a um público diminuído, ainda herdeiros da nobreza, estas escolas também representaram avanços e mudanças em relação ao humanismo, ao mesmo tempo em que tem seu centro em um conhecimento prático e imediato.

A revolução francesa faz eclodir uma série de demandas e pensamentos represados, como a necessidade de um ensino público, leigo e nas mãos do estado. É durante a Revolução que se instituem os três graus progressivos de educação: a básica, a técnica e a superior. A criação das escolas objetivava não somente a formação científica, mas também moral e social; os conteúdos, além das ciências, a matemática, a química, entre outros, visava compreender e estruturar o mundo em bases racionais e científicas.

Se pudéssemos sistematizar as conquistas ideais da burguesia revolucionária, diríamos universalidade, gratuidade, estatalidade, laicidade, renovação cultural e resolução dos problemas do trabalho.

Infelizmente, muitos desses avanços foram suprimidos com a chegada de Napoleão ao poder, e eliminados com a contra-revolução. Mas o espírito do racionalismo e das ciências fará do século XIX o palco da disputa entre as teorias pedagógicas e disciplinas oriundas dos revolucionários e as idéias dos séculos anteriores.

CAPÍTULO 12 – O SÉCULO XIX ATÉ 1917

O século XIX iniciou com questões cruciais para o Brasil e para o mundo. A vinda da família Real ao Brasil em 1808, bem como o avanço de Napoleão na França, seguido pelo estabelecimento dos diversos impérios na Europa fez do século XIX o que Hobsbawm chama de a "Era dos Impérios", que possui seu fim após a 1ª guerra mundial. No que diz respeito à América do Sul, o XIX é o século dos movimentos de independência, do final da exploração das colônias e da busca por aplicar ao novo mundo as fórmulas que não deram certo no velho continente. As mudanças políticas e a formação de estados tardios como a Alemanha (1823) e Itália (1874) provocaram um novo arranjo das questões políticas e econômicas que obrigaram a adequações em todos os campos.

Esse século também é o momento das novas utopias, como Saint-Simon falava em 1825, Bolívar e a educação para meninos e meninas na América e as utopias socialistas na Europa. A secularização preconizada na revolução francesa tem sua materialização, expansão e consolidação ao longo do dos anos 1800. Por um lado, a igreja retoma o seu papel na educação, sejam as igrejas católicas ou reformadas no continente ou a anglicana da Inglaterra. Uma exceção é a Prússia, que prioriza um ensino público e laico:

Nesta base, a Prússia foi a vanguarda na organização da escola pública na Europa: em 1861, um sexto da população completava nessas escolas a obrigatoriedade escolar; um resultado fraco em si, mas superior em relação aos países mais avançados da Europa: 1/7 na Inglaterra, 1/8 nos Países Baixos, 1/9 na França e percentuais bem mais baixos nos países católicos. Manacorda, 1989, .277

À revolução política, segue-se a revolução pedagógica. Fala-se na pedagogia como "ciência nova", com métodos próprios para sua configuração. Há que se discutir a pedagogia, pois tudo mudou: o ensino é para todos (e agora todas), indistintamente de origem, religião, classe social, etc. Surgem, na Inglaterra, as escolas infantis, atreladas às fábricas, mas com intuito de formação moral e instrução básica. São os primeiros passos na proteção das crianças, bem com sua educação e instrução. Tem, além do ensino religioso, atividades manuais e instrução em ler, escrever e fazer contas.

Da mesma forma, o ensino secundário também passa por reformas, pois, além de ser destinado a todos, busca uma universalização do que é ensinado, de maneira que as ciências serão amplamente difundidas para trabalhadores nobres e burgueses. Também renasce a idéia de uma educação física, voltada à formação do corpo tanto quanto a escola deve voltar-se à formação da moral e do espírito. Escolas de ginástica surgem na Alemanha em 1811, o que se espalhará pela Europa e permitirá o renascimento das Olimpíadas em 1896.

Na segunda metade do século XIX, o ensino público já havia se disseminado por toda a Europa, com diversos matizes (escola agrícola, artesanal, industrial). A instrução primária e secundária, pública ou particular, inicia aos seis anos. Também são estabelecidas escolas masculinas e femininas voltadas à formação de professores.

A universidade também se renova, reunindo em uma instituição os cursos de teologia, direito, medicina, ciências físicas, naturais, matemática, filosofia e letras.

Também, no final dos 1800, emerge o socialismo marxista, herdeiro, ao mesmo tempo em que antagônico, das revoluções burguesas. Em suas premissas, o marxismo assume as conquistas burguesas em relação à educação, já mencionadas (universalidade, laicidade, gratuidade, renovação cultural, e também os aspectos literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico). A crítica do marxismo está na formação total do homem e na exploração ao trabalho infantil (que neste momento é o mesmo da mulher), com remuneração igualmente inferior.

Ao mesmo tempo, a indivisibilidade da instrução, ou seja, não mais a divisão das escolas com fins profissionais e intelectuais, mas iguais em essência. Além disso, é Marx quem afirma que a instrução pode ser estatal, mas sem ficar sob o controle do governo, assim como deve ser emancipada da igreja. Em sua compreensão, o Estado não deve fazer qualquer interferência político-ideológica na escola.

O marxismo terá seu coroamento em termos pedagógicos a partir da revolução russa de 1917, quando diversos autores, como Makarenko, criaram um modelo próprio para adotar o ideal marxista na estrutura escolar. Mais que isso, a experiência levada a cabo por esse pedagogo inspira diversos profissionais que desenvolvem ações a menores infratores ou em situação de abandono.

CAPÍTULO 13 – O SÉCULO XX ATÉ OS ANOS 1950

O século XX é o momento de profundas mudanças na escola. Além de ser aberta às massas, é reconhecida como centro propagador de ideologias e torna-se ativista. Instituição-chave dos modelos democráticos, a escola torna-se a consubstanciação da liberdade e das experimentações escolares, em nome da ruptura com o passado e da necessidade do “fazer” para “aprender”. Após o final da

primeira guerra e do deslocamento do eixo do mundo da Inglaterra para os Estados Unidos, volta-se o foco das atenções sobre o novo mundo, suas riquezas e seu novo expoente.

São norte-americanas as novas teorias e experimentos em educação que dão destaque a importância da criança, suas necessidades e capacidades, a proposta de fazer antes de conhecer (que vem ao encontro dos ensinamentos de Piaget e as fases de construção do conhecimento) e assim fazem uma revolução sobre o centro da educação, que agora é a criança e não mais o educador.

É desse período a multiplicação das "Escolas Novas" que, embora já tivessem seus primórdios na Europa desde o final do XIX, será mais densamente estruturada após os anos 1930. Com uma percepção de que a criança não é um mini-adulto, mas precisa de estímulos para o desenvolvimento intelectual e emocional, propõe que a infância é o momento de construção dos processos cognitivos, psíquicos e motores da criança. Deve-se permitir ao novo indivíduo a livre manifestação de suas inclinações primárias e disponibilizar condições de experimentar, descobrir, explorar e desenvolver o conhecimento de forma própria e individual. Nessa concepção, a construção do conhecimento para a criança não se para a atividade intelectual, prática e lúdica.

Os principais preceitos destas escolas ativas são: 1 – o "puerocentrismo", ou seja, o reconhecimento do papel central das crianças no processo educativo; 2 – a valorização do "fazer", ou "aprender fazendo", levando em conta a necessidade de um aprendizado através do jogo, do trabalho, etc; 3 – A motivação, na qual o verdadeiro aprendizado acontece se tem uma finalidade; 4 – na importância do ambiente, quer dizer, a realidade que circunda é que estimula a aprendizagem; 5 – a socialização, visto que a criança necessita trocar experiências para a formulação de seu processo educativo; 6 – o "anti-autoritarismo", que representa uma ruptura brusca com os métodos tradicionais de ensino, a centralização no professor e métodos e conteúdos congelados; 7 – o "anti-intelectualismo" que centraliza as atividades e os conhecimentos a partir de problemas, pesquisas ou estímulo, e rompe com a organização engessada dos conteúdos programáticos.

As "Escolas Novas" também são a representação de novas visões de mundo, seja pelo seu caráter ativo na formação do conhecimento ou na forma como retoma a preocupação com as áreas filosóficas e humanísticas, em direção contrária ao modelo industrial e tecnológico do século XIX. Centrando a ação pedagógica no estudante, rompe com os modelos prontos de ensino ao mesmo tempo em que busca a participação ativa dos cidadãos nos processos sociais e políticos nos quais se encontra envolvida. Também a escola agrega novos protagonistas além da criança, como a mulher e os deficientes.

Essas escolas partem do pressuposto que, para construir um ser humano integral, ele deve aprender, através da descoberta e do seu trabalho, as formas de relacionar-se e conviver com o mundo. Longe da influência de pais e adultos, essas escolas buscavam a formação de um indivíduo com valores de moral, beleza, verdade, ou seja, uma educação profissional, moral e social que leve a uma coerência espiritual com as coisas e a si mesmo.

Diversas experiências bem sucedidas nos Estados Unidos podem ser sublinhadas, como Dewey e sua teoria da experiência, vivenciada através de seu "método de problemas", seguido de perto por Kilpatrick e seu "método de projetos", nos quais o que deve ser apresentado ao aluno é um problema (ou projeto) em que o aluno deve encontrar a solução, resolução ou uma finalidade prática para sua execução. Essa forma de aprendizado coloca na pesquisa e no trabalho em conjunto as formas de sociabilização e construção de conhecimento, porém rompe completamente com os modelos existentes, como os planos de aula, o conteúdo pré-determinado, entre outros.

Dewey acreditava no método científico e na experimentação (mesmo na ética, política ou ciência). A arte é o momento frutivo e imaginativo presente nas experiências, além do desenvolvimento da estética. Nesta estrutura de ensino, a reflexão política tem papel decisivo, tendo a democracia como a forma mais avançada e atual para a educação escolar. A pedagogia de Dewey caracteriza-se pelo pragmatismo, no qual o fazer é o momento central da aprendizagem, em que as pesquisas e experimentações sugerem a solução de problemas, ao mesmo tempo em que esta filosofia de educação possui papel fundamental no campo social e político.

Na Europa, em períodos mais recentes, deve-se destacar a proposta de Célestin Freinet, baseada na cooperação e em atividades de trabalho-jogo. Como "pedagogia", sugere a concepção de experiência infantil de "ir tasteando", ou seja, mover a construção do conhecimento baseado nas necessidades da criança. À medida que o trabalho também é jogo, a escola é um canteiro de obras lúdico e a necessidade de registro e escrita é concretizada pela elaboração de um jornal ou relato que expõe as experiências para a escola e para o público externo.

Outros diversos nomes são destaque na pedagogia ativista como John Dewey, Maria Montessori, Ovide Decroly, Édouard Claparède, Henri Wallon, Jean Piaget, entre vários outros, que estão à disposição como textos complementares.

No final dos anos de 1950, o ativismo sofreu forte revisão. A educação ativa foi acusada de ser responsável por uma formação insatisfatória na educação científica, bem como de ser permissiva, ideológica e inadequada do ponto de vista tecnológico.

Desde o começo do século XX até 1945, também ocorreram diversas experiências pedagógicas de inspiração marxista. Elaborando um modelo teórico e prático fiéis aos clássicos do séc. XIX, houve uma “transcrição” dos princípios doutrinários em relação às tendências nacionais e estratégias políticas, opondo-se às teorias ditas “burguesas”.

Os princípios da pedagogia marxista podem ser assim elencados:

1. uma percepção dialética entre educação e sociedade, na qual a prática educativa atende a interesses ideológicos, ligados à estrutura econômica e à classe social governante;
2. forte vínculo entre educação e política, tanto em nível pedagógico como a organização da práxis pedagógica, revolucionária;
3. centralidade na formação do homem e seu papel na escola com finalidades socialistas;
4. formação multilateral do homem, através da teorização marxista, que o libertem da alienação e submissão;
5. oposição ao espontaneísmo e ao naturalismo ingênuo, dando ênfase à disciplina e ao esforço.

Dentre alguns autores que adotaram o pressuposto marxista, ao mesmo tempo em que tiveram experiências exitosas em educação, destaca-se Anton Makarenko (1888-1939). A partir da direção de uma escola de órfãos da revolução de 1917, estabelece novas formas de trabalho e educação que serão melhor explorados nos textos auxiliares.

CAP. 13.1 – TOTALITARISMO E EDUCAÇÃO

Os regimes totalitários (Itália, Alemanha e URSS) caracterizam-se pelo Estado de partido único e controlador, no qual os rumos do partido dão a tônica da educação. Em termos práticos, o governo é totalitário e se caracteriza pela anulação da democracia e pela ausência de direitos civis. Tanto no Fascismo como no Nazismo, esses modelos são aplicados e igualmente no comunismo soviético.

A educação totalitária tem papel fundamental nesses regimes, pois organiza as pessoas através da escola, das associações juvenis, da imprensa, inclusive criando teóricos para a justificativa dessas ações. Enquanto o fascismo foi o pioneiro na organização escolar para o ensino focado no Estado, foi no Nazismo que encontrou a forma mais elaborada, trabalhando com as massas, estimulando o racismo, a homofobia e o militarismo. Por sua vez, Stálin estabelece a reforma escolar a partir de Makarenko e a pedagogia do “coletivo”.

O Governo autoritário exacerba e leva ao extremo a ideologia do estado, porém suas implicações são evidentes, como o conformismo, a perda da individualidade, a cultura ideologizada, entre outros. O fascismo italiano elaborou uma teoria sistemática de escola, uma educação extra-escolar, uma cultura popular e pedagogia. O progra-

ma conservador instalado separava as escolas básicas das técnicas e das humanistas, que separava o ensino mínimo do profissionalizante (voltado aos trabalhadores) da elite que ingressaria na universidade. Mas seu trabalho mais frutífero foi nas ações fora da escola, como nas associações e grêmios. Estrutura-se uma educação de massa, para além da família e da escola, dá ênfase às necessidades sociais e ocupa o tempo livre dos jovens, conformando os jovens ao modelo fascista.

Já no modelo nazista, o objetivo é a criação de um indivíduo forte fisicamente, não intelectual e racialmente superior. Na esteira das agremiações fascistas, os nazi criaram a juventude hitlerista, que organizava e buscava estabelecer atividades para crianças a partir dos seis anos. Organizavam competições de ginástica, acampamentos, reunião de propaganda, além da preparação para a guerra. Tinham inclusive um boletim pessoal para a anotação dos progressos, físicos e ideológicos.

A URSS presenciou um sistema educativo no qual Stálin deu ênfase às escolas profissionalizantes, técnicas e as chamadas “faculdades operárias”, com um pluralismo de escolas, ampliação de politécnicos, e posteriormente a “juventude comunista”, com jogos, competições, trabalhos de grupo, conferências, sempre guiados pela ideologia, representante do Estado-comunidade.

O que une a educação nos estados totalitários é a articulação na sociedade de massa, diminuindo a importância da família e da escola para enfatizar o estado, seus objetivos e o seu papel na manutenção do “bem-comum”.

CAPÍTULO 14 – EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL

A educação no Brasil mereceria uma disciplina à parte, desde sua estrutura colonial, que passa pela criação tardia de escolas e torna-se um dos últimos a ter uma universidade com este nome (a criação da USP é de 1930), enquanto países como o Peru e a Argentina, têm universidades na primeira metade do século XVII. Os cursos isolados de engenharia e direito na capital Federal (Rio de Janeiro) e medicina (Bahia), durante o século XIX, são mais uma demonstração de elites que mandam seus filhos estudarem na Europa durante todo o período colonial. Ademais, seria demasiado extenso colocar todas as fases e disputas pelas quais passou a afirmação da escola brasileira, seus intelectuais maiores (como Anísio Teixeira, Paulo Freire, entre outros).

Desde a formação da República, passando pela ditadura de Vargas, o retorno a democracia pós-segunda guerra, passando pelos anos de chumbo e a volta da democracia, há muitas lutas a serem travadas na educação brasileira.

Nossos pensadores buscam soluções que atravessam fronteiras, derrubam mitos e são exemplos para a melhoria do ensino

escolar. Ao mesmo tempo, não esquecem o papel da escola, do educador e do estado e suas responsabilidades.

Desde os anos de 1930 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscava-se introduzir no Brasil os avanços educacionais e pedagógicos surgidos no século anterior na Europa. Dessa forma, é somente em 1950, através de Anísio Teixeira, que se institui um centro educativo com as propostas de escola-classe e escola-parque. Em 1954, Lauro de Oliveira Lima implementa uma didática baseada nas propostas de Piaget e seu método psicogenético. Em 1961, a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, inicia uma campanha de alfabetização (*"De Pé no Chão Também se Aprende a Ler"*). A técnica didática, criada pelo pernambucano Paulo Freire, propunha-se a alfabetizar adultos analfabetos em 40 horas. A experiência teve início na cidade de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte, e, logo depois, na cidade de Tiriri, no Estado de Pernambuco.

Em 1962, é criado o **Plano Nacional de Educação** e o **Programa Nacional de Alfabetização**, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire. Todas essas iniciativas serão desmontadas e reprimidas em 1964, quando o golpe militar conduzido sob tutela norte-americana, destrói as iniciativas de modernizar a educação brasileira, com um resultado visível de índices de analfabetismo real e funcional.

O modelo educacional pós-1964 era não somente aquele advindo dos modelos ditatoriais, mas, acima disso, ditados pelos acordos realizados entre o MEC e o similar americano, em um convênio conhecido com MEC-USAID, no qual é importada a proposta de educação profissionalizante durante o ensino médio, a valorização das matérias tecnológicas e o vestibular como sistema classificatório para ingresso no ensino superior.

Para a erradicação do analfabetismo, foi implementado o MOBILAL, movimento Brasileiro de Alfabetização, que, além de não obter sucesso, foi extinto em meio a denúncias de corrupção. Além disso, o regime militar tem de acabar com todos os avanços desde 1946 até 1963, de forma que, em 1971, institui a Lei 5692, batizada de AI-5 da educação, tal seu caráter repressor.

O final da ditadura não representou um avanço nas discussões sobre educação, mas transformou um problema pedagógico em político. Ademais, ainda estão em debate as melhores formas de educação, teoria pedagógica e recursos destinados ao ensino. Se, por um lado, estamos frente à abertura de vagas no ensino superior, sistema de cotas, abertura de cursos à distância e multiplicação de campus universitários, por outro lado, percebemos a concentração de profissionais do ensino no sul-sudeste, a carência de educadores no norte-nordeste do país, bem como outras estruturas de apoio às instituições particulares de educação em detrimento das públicas.

BIBLIOGRAFIA INDICADA

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Renascimento, Humanismo e Reforma**. In: História da Educação, 2ª Ed., São Paulo, Moderna, 1996. p. 86-95.
- BOTO, Carlota. **A civilização Escolar como projeto político e pedagógico da modernidade: cultura em classes, por escrito**. In: Caderno CEDES. Campinas, v. 23, nº 61, dez. 2003, p. 1-14.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Cultura: o mundo que criamos para aprender a viver**. In: Educação como Cultura. São Paulo, Mercado das Letras, 2002, p. 15-27.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, (FEU), 1999.
- DESCOLA, Philippe. **Aprendizados**. In: As lanças do crepúsculo: relações jívaros na alta Amazônia. São Paulo, Cosacnaifi, 2006, p. 59-70.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**, tradução Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1994.
- GAL, Roger. **A educação nos séc. XVII e XVIII e a Revolução pedagógica**. In: História da Educação, São Paulo, Martins Fontes, 1989. (Universidade Hoje), p. 69-91.
- GOMBRICH, E.H. **Estranhos começos**. In: História da Arte, Rio de Janeiro, LTC, 1995. 16ª Ed., p.39-53.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **A educação cristã primitiva, a educação medieval**. In: História da educação e da pedagogia. São Paulo, atualidades pedagógicas, 1990. p.70-92.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo, Cortez Editora, 11ª Ed, 1989.
- NOGUEIRA, C.R. **Deus e o Diabo: pedagogia do medo**. In: O diabo no imaginário cristão. São Paulo, Ática, 1986. p. 34-60.
- STEPHANOU, Maria e CÂMARA BASTOS, Maria Helena. **Por que História da Educação? E história, memória e história da educação**. In: Histórias e Memórias da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2005. Vol. 3, p. 9-13; 416-429.